

Termo de Referência 16/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2024	158392-INST.F.DE ED.,CIENC.E TEC.DE SE/C.S. CRISTOVÃO	MARY LOURDES SANTOS	25/11/2024 10:16 (v 18.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	60/2024	23289.000136 /2024-11

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças**, nas câmaras frias do Instituto Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE		UNIDADE DE MEDIDA	CATSER	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			MIN	MAX			(R\$)	(R\$)
		Serviço de manutenção preventiva com fornecimento de peças e reposição de gases nas câmaras frias do Campus São Cristóvão, incluindo: Parte estrutural, interna e externa das Câmaras; limpeza completa e higienização com produtos apropriados; revisão de todos componentes elétricos e mecânicos; limpeza da condensadora e evaporadora; teste de atuação dos componentes elétricos; verificação da voltagem e amperagem; limpeza dos ventiladores; verificação da instalação elétrica das câmaras; lubrificação de partes móveis; substituição de fiação avariada ou troca de terminais oxidados; limpeza e troca de filtros; verificação da corrente de trabalho do compressor, motor e ventilador; medição de pressão de gás; execução de hidrojateamento quando as necessidades se fizerem necessárias na evaporadora e na condensadora; verificação das vedações dos painéis de fechamento e dos gabinetes; e verificação de ruídos e vibrações anormais.						

		Câmaras (Tipos):	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)						
1		Tipo 1: Câmera de refrigeração tipo Elgin modelo ECB 25 16 T. Tensão 220v trifásico, 4 HP de Potência, Gás R404a, Filtro secador modelo: FSE 084S.	3.430,00	3.430,00	12	12	Serviço	20796	6.860,00	82.320,00
		Tipo 2: Câmera de refrigeração tipo ELGIN modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. Filtro secador modelo: FSE 164R.	3.430,00	3.430,00						
	Valor Total mensal			R\$ 6.860,00						
1	2	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca de condensador ELGIN, modelo ECB 25 16 T. Tensão 220v trifásico, Gás R404a, 4 HP de Potência. (Câmara Tipo 1)			1	Por câmara	3	20796	19.600,00	58.800,00
	3	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca de condensador Tipo 2 ELGIN, modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. (Câmara Tipo 2)			1	Por Câmara	3	20796	19.600,00	58.800,00
	4	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de carga de gás , R404a. (Câmara Tipo 1)			1	Por Câmara	10	20796	1.176,00	11.760,00
	5	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de carga de gás , R22a. (Câmara Tipo 2)			1	Por Câmara	10	20796	1.176,00	11.760,00
	6	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de filtro secador ELGIN, modelo ECB 256 16T.TENSÃO 220V TRIFÁSICO, Gás R404a 3F. (Câmara Tipo 1)			1	Por Câmara	10	20796	1.323,00	13.230,00
	7	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de filtro secador ELGIN, modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. (Câmara Tipo 2)			1	Por Câmara	10	20796	1.421,00	14.210,00
	8	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de termostato.			1	Por Câmara	10	20796	1.372,00	13.720,00
		Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de								

9	<u>troca de motor de ventilador da condensadora externa</u> ELGIN, modelo ECB 256 16T.TENSÃO 220V TRIFÁSICO, Gás R404a 3F. (<u>Câmara Tipo 1</u>)	1	Por Câmara	10	20796	1.470,00	14.700,00
10	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de <u>troca de motor de ventilador da condensadora externa</u> ELGIN, modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. (<u>Câmara Tipo 2</u>)	1	Por Câmara	10	20796	1.470,00	14.700,00
11	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, <u>com troca controlador digital</u> modelo MT-512Ri.	1	Por Câmara	10	20796	1.470,00	14.700,00
12	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, <u>com troca controlador digital</u> modelo TC-900ri	1	Por Câmara	10	20796	1.470,00	14.700,00
13	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de <u>troca do ventilador do evaporador.</u>	1	Por Câmara	10	20796	1.470,00	14.700,00
14	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de <u>troca de micromotor do ventilador.</u>	1	Por Câmara	10	20796	1.470,00	14.700,00
15	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de <u>substituição de solenoide da linha de líquido.</u>	1	Por Câmara	10	20796	1.470,00	14.700,00
16	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de <u>válvula de expansão do evaporador.</u>	1	Por Câmara	10	20796	1.470,00	14.700,00
17	Demais peças, materiais, acessórios componentes.	1	Peça	12	20796	10.000	120.000,00
VALOR GLOBAL							502.200,00

ATENÇÃO! O item 17 não irá para lance. Todos os licitantes deverão cadastrar o mesmo valor (R\$10.000,00 mensal e 120.000,00 anual) para este item em suas propostas. **NÃO HAVERÁ DISPUTA.**

1.1.1. Quando necessário a troca, reparo, reposição ou substituição de qualquer peça ou mesmo das condensadoras, e demais periféricos de acordo com normas técnicas e legislação vigentes, a contratada ficará responsável pela troca, reparo ou substituição dos referidos equipamentos conforme manutenção corretiva.

1.1.2 A empresa deverá fornecer aos seus funcionários todo o equipamento para realização dos serviços, incluindo andaimes e equipamentos de proteção individual (EPI) conforme as normas de segurança e a legislação vigentes.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista as necessidades apresentadas no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Havendo divergências entre as especificações dos itens descritas neste instrumento e o sistema Comprasnet, prevalecerão as deste Termo de Referência. Tendo como base nos termos da tabela a cima, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. Declaramos a essencialidade e o interesse público da contratação de acordo com a justificativa da necessidade apontada nos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-0-000009/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 1223

IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS

V) Identificador da Futura Contratação: 158392-90055/2023

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.1.1. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14

de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
- b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
- c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
- d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
- e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
- f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
- g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.”

4.1.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA, atender a todas as Determinações constantes da Instrução Normativa 01/2010 e da Lei nº 12.305/2010.

4.1.3. Os resíduos perigosos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas Especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final

1. A contratada, quando do uso de produtos de limpeza e conservação dos equipamentos não deve utilizar produtos desengraxantes ou corrosivos, utilizando apenas produtos biodegradáveis, e obedecendo às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
2. É de responsabilidade da empresa a retirada e descarte da sobra dos materiais de limpeza do local.
3. A empresa deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança, com Certificado de Aprovação (CA), emitido pela Secretaria Especial do Trabalho do Ministério da Economia, que se fizerem necessários para a execução de serviços.
4. Faz-se necessário que se observe ainda as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, devendo a contratada efetuar o recolhimento e descarte de produtos eletroeletrônicos e seus componentes após a utilização, bem como de seus resíduos e embalagens obedecendo aos seguintes procedimentos (Lei nº 12.305/2010 de Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 33º, inciso VI):

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação apenas será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1. Peças e condensadora compatíveis com:

4.2.1.1. Tipo 1: Câmera de refrigeração tipo compressor Elgin modelo ECB 25 16 T.Tensão 220v trifásico, 4 HP de Potência, Gás R404a , Filtro secador modelo: FSE 084S.

4.2.1.2. Tipo 2: Câmera de refrigeração tipo ELGIN modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. Filtro secador modelo: FSE 164R.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. ~~(SUPRESSÃO) Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. ~~(SUPRESSÃO) Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação:

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. ~~(SUPRESSÃO) É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições. Nota (s) explicativa(s): 19 e 20~~

~~4.6.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...)~~

~~4.6.2. A subcontratação fica limitada a ... [parcela permitida/percentual]~~

4.7. ~~(SUPRESSÃO) O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação, uma vez que o compromisso do Contratado só irá surgir quando da ocorrência do fato gerador.

~~ou~~

4.9. ~~(SUPRESSÃO) Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.~~

~~4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.11. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.~~

~~4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.~~

Vistoria

4.13. É facultado ao licitante a avaliação prévia do local de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, devendo o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

Vistoria:

4.14. ~~(SUPRESSÃO) A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das ... horas às ... horas.~~

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, e seu agendamento deverá ser realizado através do email gadm-scristovao@ifs.edu.br.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.16.2. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.19. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.19.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.19.2. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

4.19.2.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados para a atividade objeto do presente Termo de Referência. As categorias profissionais que serão empregadas no serviço, estão dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a saber:

CBO	Categoria	QTD
9112-05 ou 3003	Técnico em Refrigeração com qualificação em eletromecânica ou Técnico eletromecânica com NR 10 E NR 35.	01
9112-05	Auxiliar de Tec. em Refrigeração com NR 10	01

4.19.2.2. Os integrantes do quadro técnico da empresa, que devem ser designados como Responsáveis Técnicos pela manutenção das câmaras frias, deverão apresentar a A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) à fiscalização do Instituto Federal de Sergipe, de acordo normas técnicas, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter o pleno funcionamento das câmaras, garantindo a segurança durante o seu funcionamento;

4.19.2.3. O vínculo desse profissional qualificado não precisa ser necessariamente trabalhista ou societário, sendo suficiente a existência de um contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum.

4.19.3. Trata-se de serviço comum de caráter continuado SEM fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.19.4. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

5.1.2. Antes do início dos trabalhos de manutenção, a CONTRATADA deverá efetuar inspeção dos equipamentos e análise das informações fornecidas pela CONTRATANTE, para determinar os métodos a serem utilizados, as ferramentas e os equipamentos necessários para a adequada realização dos serviços.

5.1.2.1. Com base na inspeção, a CONTRATADA deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sobre o estado das câmaras frias e determinar os métodos a serem utilizados, as ferramentas e os equipamentos necessários para a adequada realização dos serviços.

5.1.3. A CONTRATADA deverá manter histórico atualizado de equipamentos que sofreram manutenção corretiva no período de vigência do contrato.

5.1.4. A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, ferramentas, equipamentos e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de manutenção das câmaras frias e demais atividades previstas na tabela do item 1, sendo a guarda destes de sua exclusiva responsabilidade.

5.1.5. A CONTRATADA deverá fornecer material novo, de primeiro uso e de qualidade aprovada previamente pelo fiscal do contrato.

Da manutenção preventiva:

5.1.6. Da manutenção preventiva: é aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações das câmaras frias mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

5.1.6.1. No que se refere à manutenção preventiva das câmaras, os serviços deverão ser executados de acordo com a seguinte periodicidade:

5.1.6.1.1. Frequência Mensal:

- a. Limpeza completa e higienização com produtos apropriados;**
- b. Revisão de todos componentes elétricos e mecânicos;**
- c. Limpeza da condensadora e evaporador;**
- d. Teste de atuação dos componentes elétricos;**
- e. Verificação da voltagem e amperagem;**
- f. Limpeza dos ventiladores, verificação da instalação elétrica das câmaras;**
- g. Lubrificação de partes móveis;**
- h. Substituição de fiação avariada ou troca de terminais oxidados;**
- i. Limpeza e troca de filtros, verificação da corrente de trabalho do compressor, motor e ventilador;**
- j. Medição de pressão de gás;**
- k. Execução de hidro jateamento quando as necessidades se fizerem necessárias na evaporadora e na condensadora;**
- l. Verificação das vedações dos painéis de fechamento e dos gabinetes;**
- m. E verificação de ruídos e vibrações anormalidade dos serviços acima.**

Da manutenção corretiva:

5.1.7. Manutenção corretiva: aquela destinada reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações e nos equipamentos em referência, mantendo-as em perfeito funcionamento. Os serviços desenvolvidos para este tipo de manutenção serão, a saber:

- a. Troca de condensadora;
- b. Recarga de gás;
- c. Troca de filtro secador;
- d. Troca de termostato;
- e. Troca de motor do ventilador da condensadora externa;
- f. Troca controlador digital;
- g. Troca do ventilador do evaporador;
- h. Troca do micromotor do ventilador;
- i. Substituição de solenoide da linha de líquido;
- j. Troca de válvula de expansão do evaporador.

5.1.8. Os serviços de manutenção corretiva deverão ter garantia de mínima de 3 (três) meses, inclusive as peças a serem substituídas que deverão ser novas. Entregando ao fiscal do contrato a peça retirada do equipamento.

5.1.9. Sempre que a Contratante constatar que alguma câmara não esteja funcionando corretamente, a mesma abrirá chamado técnico de manutenção corretiva, de acordo com o item e quantitativos, através de e-mail ou telefone, para que seja feita uma avaliação pela Contratada, que informará qual reparo, ou substituição de peças, deverá ser realizado para sanar o defeito.

5.1.9.1. Caso haja necessidade de substituição de peças danificadas, na manutenção corretiva, a contratada, deverá notificar o fiscal do contrato e apresentar relatório identificando o(s) problema(s) e as devidas peças a serem substituídas.

5.1.9.2. Antes da realização da manutenção, a CONTRATADA deverá fornecer a relação de peças, componentes e materiais a serem substituídos por defeito ou desgaste. Somente após aprovação da Administração as substituições poderão ser realizadas.

5.1.9.3. A Contratada deverá atender, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas aos chamados de manutenção corretiva realizados em dia útil, no horário comercial, compreendido entre 08 h e 17 h. A fiscalização poderá determinar prazos maiores para a solução de problemas que envolvam a necessidade de substituição de peça ou acessório.

5.1.9.4. Considerando que cada problema verificado pelo fiscal do contrato reveste-se de peculiar característica e diante da natureza do objeto contratado, é impróprio determinar prazo único para todos os serviços, devendo o fiscal do contrato avaliar o caso concreto, para o fim de fixar prazo para os serviços de manutenção corretiva, instalações e desinstalações.

5.1.9.5. As visitas de manutenção preventiva e corretiva e demais serviços deverão ser efetuados em dias úteis, dentro do horário de expediente do IFS, ou seja, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00h.

Da reposição de peças, materiais, acessórios e componentes afins:

5.2. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento das peças, materiais, acessórios e componentes afins, de acordo com as especificidades de cada item do objeto.

5.3. Em caso de necessidade de substituição de peças, materiais, acessórios e componentes afins não abrangidos nos itens 02 a 14 do grupo, a Contratada apresentará ao fiscal do contrato orçamento. O fiscal do contrato, por sua vez, solicitará à área de licitação/compras, uma pesquisa no mercado local com no mínimo 3 (três) orçamentos (desde que seja possível os 3) para, de posse destes, possa comparar com o acrescentado pela Contratada, podendo decorrer daí duas possibilidades:

5.3.1. Se o valor orçado pela Contratada for menor ou igual ao valor de mercado, o serviço será autorizado pela administração da Unidade Contratante, conforme o valor orçado por aquela;

5.3.2. Existindo pelo menos uma das cotações de mercado com valor menor que o orçado pela Contratada, esta deverá assumir o preço da cotação menor (para o material determinado), reapresentando seu orçamento para aprovação do serviço pela administração da Unidade Contratante.

5.4. A Contratada informará ao Fiscal do contrato o prazo máximo para apresentação do orçamento, que não poderá exceder a 48 horas contadas a partir do atendimento à solicitação do serviço, por meio de Ordem de Serviço;

5.5. A Contratada deverá indicar, obrigatoriamente, no orçamento prévio, o prazo para execução dos serviços orçados, contados da data de detecção do problema;

5.6. As peças quando substituídas deverão ser entregues ao IFS, após o conserto;

5.7. No caso de substituição, as peças deverão ser novas e genuínas, não se admitindo peças usadas ou recondicionadas, devendo o fiscal do contrato atestar a troca para a devida prestação de contas.

Local e horário da prestação dos serviços:

5.8. Os serviços serão prestados no seguinte endereço Rodovia BR 101, Km 96, s/n Povoado, São Cristóvão - SE, 49100-000.

5.9. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00h.

5.10. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no fixado pelo gestor do contrato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.11. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Materiais a serem disponibilizados

5.12. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

5.12.1. Todos os custos com materiais de consumo, hospedagem, alimentação, transporte, dentre outros, para a perfeita execução dos serviços são de responsabilidade da contratada, e devem estar inclusos na proposta.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.13. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. SUPRIMIDO

6.8. SUPRIMIDO

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor por demanda do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor por demanda do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor por demanda do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor por demanda do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor por demanda do contrato

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado;	03
4	Recusar-se a executar o serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante por empregado e por dia;	03
PARA OS ITENS A SEGUIR DEIXAR DE:		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.15.1 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.15.2 No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA/IBGE](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal

e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será: Empreitada por Preço Unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. ~~(SUPRESSÃO) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;~~

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. ~~(SUPRESSÃO) Sociedade cooperativa.~~ ~~ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).~~ Cooperativas não podem participar de licitações quando o serviço a ser prestado exigir subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade.

8.12. ~~(SUPRESSÃO) Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº Nota(s) explicativa(s): 5~~

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. **(SUPRESSÃO)** ~~Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

~~8.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. (SUPRESSÃO) ~~Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:~~

~~8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;~~

~~8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual — DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;~~

~~8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;~~

~~8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;~~

~~8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e~~

~~8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;~~

~~8.32.7. A última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador~~

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 502.200,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 502.200,00 (quinhentos e dois mil e duzentos reais)** conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

9.2. **(SUPRESSÃO)** ~~O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$....~~

Nota(s) explicativa(s): 4

9.3. **(SUPRESSÃO)** ~~O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tomado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. Nota(s) explicativa(s): 5~~

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato **Nota (s) explicativa(s): 6 e 7**

9.. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MANOEL ALVES LIMA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 25/11/2024 às 10:16:57.

MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 21/11/2024 às 13:49:22.

MARY LOURDES SANTOS

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 21/11/2024 às 12:52:21.

KARINE LESSA DANTAS CERQUEIRA

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo_Tecnio_Preliminar.pdf (1.3 MB)
- Anexo II - Relatorio Geral de Pesquisa de Precos.pdf (992.52 KB)

Estudo Técnico Preliminar 6/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23289.000136/2024-11

2. Descrição da necessidade

O Instituto Federal de Sergipe - Campus São Cristóvão necessita assegurar a continuidade do funcionamento das câmaras frias do Campus. Atualmente o Campus possui duas câmaras frigoríficas: Tipo 1 (localizada no Almoxarifado do prédio central) e Tipo 2 (localizada no Laboratório da Agroindústria. Essas câmaras têm como utilidade a guarda e a conservação dos alimentos que são utilizados na preparação da alimentação servidas aos alunos do Campus e a guarda e conservação de demais produtos necessários a realização das aulas práticas desenvolvidas pelos cursos de alimentos e agroindústria respectivamente. Com isso, necessita-se periodicamente de manutenção preventiva e corretiva, pois a paralisação das referidas câmaras pode gerar a perda dos gêneros alimentícios e consequentemente a paralisação das aulas.

A terceirização é necessária e amparada no art. 7º e parágrafo único do art. 9 da IN nº 5/2017 da Seges do MPDG, uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com tais funções, características e atribuições para a realização da manutenção das câmaras frias.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Administração - Campus São Cristóvão	Manoel Alves de Lima

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Deverão ser contratadas empresas legalmente estabelecidas no País, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que atendam às condições exigidas no edital e seus anexos. A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico “Comprasnet”, no site www.comprasnet.gov.br, o qual é de acesso livre – SICAFWEB, bem como deverá providenciar o seu credenciamento dentro do serviço “Pregão Eletrônico”. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – e Convenções Coletivas de Trabalho respectivas, conforme quadro abaixo, capacitados para a manutenção de câmaras frias conforme a demanda do IFS - Campus São Cristóvão, a fim de garantir o pleno funcionamento. Categoria Quantidade CBO Técnico em Refrigeração com qualificação em eletromecânica ou Técnico eletromecânica com NR 10 E NR 35. 1 9112-05 ou 3003 UASG 158392 Estudo Técnico Preliminar 23/2021 2 de 6 Auxiliar de Técnico em Refrigeração com NR 10 . 1 9112-05 Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, porém sem dedicação exclusiva de mão de obra. Justifica-se como de natureza continuada devido à

necessidade de manutenção do contrato, pois a não obtenção deste serviço implicará em vários prejuízos à Administração. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme estabelecido nos artigos 105 e 106 da Lei 14.133/2021. A empresa, quando do uso de produtos de limpeza e conservação dos equipamentos, deve obedecer às classificações e especificações determinadas pela ANVISA. A empresa deverá, ainda, fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços. Faz-se necessário que se observe também as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, devendo a contratada efetuar o recolhimento e descarte de produtos químicos e eletroeletrônicos e seus componentes após a utilização, bem como de seus resíduos e embalagens obedecendo aos seguintes procedimentos (Lei nº 12.305 /2010 de Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 33º, inciso VI).

5. Levantamento de Mercado

Analisando as contratações de outros órgãos públicos verificou-se algumas formas de contratação predominantes. Contrata-se manutenção preventiva por unidade de serviço, alguns editais estabelecem a rotina de manutenção (mensal, trimestral, semestral, etc.), outros solicitam um plano de manutenção da licitante vencedora. Já na manutenção corretiva, predominam as contratações por ocorrência/unidade, por diária ou por hora. Na licitação em tela, a equipe de planejamento da contratação, achou mais adequado listar o rol de todos os possíveis serviços de manutenção corretiva e, quando da necessidade, fazer uso dos itens ali registrados. A maioria das contratações compreende a reposição de peças. Em algumas contratações as peças constituem item, e, em muitas delas, este item não constitui objeto de disputa na sessão pública. Em outras, consta apenas as disposições a serem consideradas para tal reposição.

No quadro abaixo, alguns prestadores de serviços que atendem aos requisitos especificados:

Objeto Prestadores Razão Social CNPJ Contratação de serviços de manutenção de câmaras frias

- FRIOTEC INSTALACAO DE SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI 03.770.003/0001-00.
- SANEANDO - PROJETOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA 13.025.251/0001-72.
- DESTAQUE EMPREENDIMENTOS LTDA 18.834.719/0001-93 UASG 158392 Estudo Técnico Preliminar 23/2021 3 de 6.
- DMS INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA 09.410.326/0001-

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de insumos e peças por conta da contratada, nas câmaras frias (Tipo 1 e Tipo 2) do Instituto Federal de Sergipe - Campus São Cristóvão, a saber:

Tipo 1: Câmera de refrigeração tipo compressor Elgin modelo ECB 25 16 T.Tensão 220v trifásico, 4 HP de Potência, Gás R404a , Filtro secador modelo: FSE 084S.

Tipo 2: Câmera de refrigeração tipo compressor Danfoss, modelo MT64HM3DVE, Gás R22a, tensão 220v trifásico,

5HP de potência, filtro secador modelo FSE 164R.

Concluídas a análise de mercado e após adequação à realidade do IFS - Campus São Cristóvão, a equipe de planejamento julgou ser a melhor opção, em termos de economicidade, gerenciamento contratual e forma de execução dos serviços, a contratação do serviço dividida em 4 itens:

manutenção preventiva, manutenção corretiva, peças e demais peças. Estes itens formarão um único grupo. As unidades de medida para o primeiro item será Serviço/Ano; para o item 02 Ocorrência e Unidade; e para os demais itens conforme tabela abaixo:

Descrição do Serviço Unidade de Medida Manutenção Preventiva Serviço/Ano Manutenção Corretiva - Rol de serviços DFD Ocorrência/demanda Demais Peças - Os serviços serão executados por um Técnico em Refrigeração com qualificação em eletromecânica ou por um Técnico em eletromecânica com NR 10 E NR 35, e um Auxiliar de Técnico em Refrigeração com NR 10.

Verificar se serão consideradas essas exigências para o técnico ou para a empresa contratada.

Ambos atuarão conforme necessidade na manutenção preventiva (aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos equipamentos, mantendo-os em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas) bem como na manutenção corretiva (destinada a reparar e corrigir falhas e defeitos apresentados nas instalações e equipamentos. No que se refere à manutenção preventiva, os serviços deverão ser executados de acordo com a seguinte periodicidade.

Frequência mensal:

- 1 - Limpeza completa e higienização com produtos apropriados;
- 2 - Revisão de todos componentes elétricos e mecânicos;
- 3 - Limpeza da condensadora e evaporadora,
- 4 - Teste de atuação dos componentes elétricos;
- 5 - Verificação da voltagem e amperagem;
- 6 - Limpeza dos ventiladores;
- 7 - verificação da instalação elétrica das câmaras;
- 8 - Lubrificação de partes móveis;

- 9 - Substituição de fiação avariada ou troca de terminais oxidados,
 - 10 - Limpeza e troca de filtros, quando necessários.;
 - 11 - verificação da corrente de trabalho do compressor, motor e ventilador;
 - 12 - Medição de pressão de gás;
 - 13 - Execução de hidrojateamento na evaporadora e na condensadora, quando necessário;
 - 14 - Verificação das vedações dos painéis de fechamento e dos gabinetes;
- verificação de ruídos e vibrações anormalidade dos serviços acima.
- 15 - Reposição de quaisquer outros componentes ou peças para melhor desempenho dos equipamentos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos foram estimados de acordo com as características técnicas das unidades condensadoras.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 100.000,00

Valor (R\$): 1000.000,00

Tanto pela especificidade do serviço, quanto pela inexistência de contratação anterior neste órgão, nos moldes desta contratação, não foi possível definir os preços referenciais neste momento. Desta forma, após conclusão do termo de referência, solicitaremos orçamentos a prestadores de serviços para obtermos um valor aproximado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com a intenção de evitar a contratação, em um mesmo órgão, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade a fim de assegurar a responsabilidade contratual bem como para evitar problemas como os de contratos anteriores nas quais os serviços de manutenção das câmara frias eram atrelados ao contrato de manutenção de aparelhos de refrigeração. Com isso, faz-se necessária a contratação de serviço exclusivo de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças das câmaras frias.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A demanda tem vinculação com o objetivo estratégico 2 do Planejamento Estratégico do IFS, que consiste em prover infraestrutura necessária ao atendimento as necessidades da comunidade acadêmica. O objeto a ser contratado também está previsto no Plano Anual de Contratações 2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Manter as câmaras frias em pleno funcionamento a fim de manter e conservar os alimentos que serão manipulados e ofertados na forma de refeição (almoço e café da manhã) e servir como instrumento essencial à realização das aulas práticas nos curso de Alimentos e Agroindústria e outros cursos que se utilizarão dos equipamentos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação direta ao ambiente físico para esta aquisição, pois o Campus já possui local específico e adequado para acondicionamento dos itens listados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não ocorrerão impactos ambientais se as determinações de sustentabilidade no edital forem cumpridas.

O serviço deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 6º, incisos IV, VII e VIII da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber. A contratada prestará serviços continuados SEM Dedicção Exclusiva de Mão de Obra. Será de responsabilidade da CONTRATADA, atender a todas as Determinações constantes da Instrução Normativa 01/2010 e da Lei nº. 12.305/2010. Os resíduos perigosos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara esta contratação, viável

UASG 158392

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KARINE LESSA DANTAS CERQUEIRA

Equipe de apoio

JULIO CESAR DOS SANTOS AMARO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/04/2024 às 11:24:32.

MANOEL ALVES LIMA

Equipe de apoio



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL
COORDENADORIA DE PESQUISA DE PREÇOS DA PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO-
CPPPROAD/DEL/DLC/PROAD

Despacho nº 0537799/2024/CPPPROAD - REI/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23289.000136/2024-11

Ao Departamento de Licitações,

1. A utilização de menos de 3 (três) preços válidos se justifica pelo motivo de que todos os meios de pesquisa consultados (comprovada documentalmente) só foi possível obter os valores encontrados e se deu pela dificuldade de encontrar empresas que atendam ao objeto, com resistência de empresas a encaminharem o orçamento/proposta comercial em um mercado bastante restrito, existindo poucas empresas que fornecem determinado serviço/produto, também podendo ser em decorrência de condições e características inerentes ao objeto que dificultam o modo de fornecimento do bem ou prestação do serviço.
2. Como se pode verificar no documento 0537694, além das empresas consultadas anteriormente, nenhuma delas retornou com proposta, e nem mesmo com uma mera negativa de seu fornecimento, mesmo após várias tentativas de contato via telefone.
3. À consideração superior.

Respeitosamente,

RÔMULO SANTANA DO AMARAL

Coordenador de Pesquisa de Preços

Portaria nº 2.418, de 13 de outubro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **ROMULO SANTANA DO AMARAL, Coordenador(a)**, em 25/09/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0537799** e o código CRC **B5D58F57**.

AO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO

PROPOSTA ORÇAMENTARIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, nas câmaras frias do Instituto Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão.

Item	Especificação do Serviços			Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de manutenção preventiva com fornecimento de peças e reposição de gases nas câmaras frias do Campus São Cristóvão, incluindo: Parte estrutural, interna e externa das Câmaras; limpeza completa e higienização com produtos apropriados; revisão de todos componentes elétricos e mecânicos; limpeza da condensadora e evaporadora; teste de atuação dos componentes elétricos; verificação da voltagem e amperagem; limpeza dos ventiladores; verificação da instalação elétrica das câmaras; lubrificação de partes móveis; substituição de fiação avariada ou troca de terminais oxidados; limpeza e troca de filtros; verificação da corrente de trabalho do compressor, motor e ventilador; medição de pressão de gás; execução de hidrojateamento quando as necessidades se fizerem necessárias na evaporadora e na condensadora; verificação das vedações dos painéis de fechamento e dos gabinetes; e verificação de ruídos e vibrações anormais.			Serviço	12	R\$ 6.860,00	R\$ 82.320,00
	Câmaras (Tipos):	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)				
	Tipo 1: Câmera de refrigeração tipo Elgin modelo ECB 25 16 T. Tensão 220v trifásico, 4 HP de Potência, Gás R404a, Filtro secador modelo: FSE 084S.	R\$ 3.430,00	R\$ 3.430,00				
	Tipo 2: Câmera de refrigeração tipo ELGIN modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a,	R\$ 3.430,00	R\$ 3.430,00				

	5HP de Potência. Filtro secador modelo: FSE 164R.						
	Valor Registrado Unitário mensal	R\$ 6.860,00					
2	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca de condensador ELGIN, modelo ECB 25 16 T. Tensão 220v trifásico, Gás R404a, 4 HP de Potência. (Câmara Tipo 1)	Por Câmara	3	R\$ 19.600,00	R\$ 58.800,00		
3	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca de condensador Tipo 2 ELGIN, modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. (Câmara Tipo 2)	Por Câmara	3	R\$ 19.600,00	R\$ 58.800,00		
4	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de carga de gás , R404a. (Câmara Tipo 1)	Por Câmara	10	R\$ 1.176,00	R\$ 11.760,00		
5	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de carga de gás , R22a. (Câmara Tipo 2)	Por Câmara	10	R\$ 1.176,00	R\$ 11.760,00		
6	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de filtro secador ELGIN, modelo ECB 256 16T.TENSÃO 220V TRIFÁSICO, Gás R404a 3F. (Câmara Tipo 1)	Por Câmara	10	R\$ 1.323,00	R\$ 13.230,00		
7	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de filtro secador ELGIN, modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. (Câmara Tipo 2)	Por Câmara	10	R\$ 1.421,00	R\$ 14.120,00		
8	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de termostato.	Por Câmara	10	R\$ 1.372,00	R\$ 14.120,00		
9	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de motor de ventilador da condensadora externa ELGIN, modelo ECB 256 16T.TENSÃO 220V TRIFÁSICO, Gás R404a 3F. (Câmara Tipo 1)	Por Câmara	10	R\$ 1.470,00	R\$ 14.120,00		
10	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de motor de ventilador da condensadora externa ELGIN, modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. (Câmara Tipo 2)	Por Câmara	10	R\$ 1.470,00	R\$ 14.120,00		
11	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca controlador digital modelo MT-512Ri.	Por Câmara	10	R\$ 1.470,00	R\$ 14.120,00		
12	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca controlador digital modelo TC-900ri	Por Câmara	10	R\$ 1.470,00	R\$ 14.120,00		
13	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca do ventilador do evaporador.	Por Câmara	10	R\$ 1.470,00	R\$ 14.120,00		
14	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de micromotor do ventilador.	Por Câmara	10	R\$ 1.470,00	R\$ 14.120,00		
15	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de substituição de solenoide da linha de líquido.	Por Câmara	10	R\$ 1.470,00	R\$ 14.120,00		

16	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de válvula de expansão do evaporador.	Por Câmara	10	R\$ 1.470,00	R\$ 14.120,00
17	Demais peças, materiais, acessórios componentes.	PEÇAS	12	10.000,00	120.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 497.870,00

VALOR TOTAL: R\$ 497.870,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE MIL OITOCENTOS E SETENTA REAIS)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

LIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP

CNPJ: 10.468.505/0001-39

AVENIDA DESEMBARGADOR MAYNARD, 287.

BAIRRO: SUISSA ARACAJU - SE

FONE: (79) 3246-1881 / 3214-1460

EMAIL: LICITACAO:LICITACAO@LIFE.ENG.BR/FELIPE@LIFE.ENG.BR/VENDAS@LIFE.ENG.BR

FELIPE ERMEL PACHECO

CARGO: SÓCIO-ADMINISTRADOR

RG: 108.247.124-2 – SSP/RS

CPF: 007.380.540-89

END.: AVENIDA MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, Nº 2021

RES. JAIME ARAÚJO – APT. 402, B. JARDINS ARACAJU-SE

DADOS BANCÁRIOS PARA DEPÓSITO DO PAGAMENTO

BANCO/CÓDIGO: BRASIL

AG/CÓDIGO: 1224-6

CONTA CORRENTE: 130578-6

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

FELIPE ERMEL PACHECO

REGISTRO NO CREA: 2710181916

ENGENHEIRO ELETRICISTA

Aracaju-SE, 04 de Setembro de 2024.

FELIPE ERMEL PACHECO


SÓCIO/ADMINISTRADOR

Life Comércio e Serviços LTDA -10.468.505-0001-39

Felipe Ermel Pacheco - 1082471242 SJS/II RS

Sócio – Administrador



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL
COORDENADORIA DE PESQUISA DE PREÇOS DA PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO-
CPPPROAD/DEL/DLC/PROAD

RELATÓRIO Nº 0524973/2024/CPPPROAD - REI/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS
PROCESSO Nº 23289.000136/2024-11
INTERESSADO: GERENCIA DE ADMINISTRACAO - CAMPUS SAO CRISTOVAO, DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD

Ao Departamento de Licitações,

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021/SEGES/ME.

Trata-se de pesquisa de preços cujo objeto é aquisição de materiais de consumo para arquivos.

A pesquisa de preços foi realizada no período compreendido entre os dias 17/08/2024 e 05/09/2024.

A metodologia aplicada ao valor de referência foi aferida por meio da mediana e foram obtidos após análise crítica de cada registro encontrado.

A fonte de pesquisa utilizada levou em consideração o art. 5º da IN 65/2021/SEGES/ME, em específico os incisos IV, a saber:

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Por se tratar de uma prestação de serviços, cuja as especialidades do objeto são muito latentes, onde os quantitativos são bem específicos e variáveis e as peculiaridades bastante evidentes, não foi possível encontrar os preços de referência através de pesquisa conforme inciso I, II e III da referida instrução Normativa.

Cabe ressaltar aqui que a pesquisa de preços só levou em consideração 1(um)

orçamento da empresa, Life Comércio e Serviços LTDA, inscrito no CNPJ: 10.468.505/0001-39, pois foi apenas este que respondeu à nossa solicitação dentro do prazo estabelecido em contato por e-mail.

Os relatórios gerados com filtros aplicados e os registros encontrados podem ser conferidos anteriormente.

Após análise detalhada de todos os preços válidos obtidos, eliminadas as discrepâncias, chegou-se ao valor de referência, a seguir especificado:

Item	Especificação do Serviços	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Total Mensal(R\$)	Valor Total Mensal (R\$)										
1	<p>Serviço de manutenção preventiva com fornecimento de peças e reposição de gases nas</p> <p>câmaras frias do Campus São Cristóvão, incluindo: Parte estrutural, interna e externa das Câmaras; limpeza completa e higienização com produtos apropriados; revisão de todos componentes elétricos e mecânicos; limpeza da condensadora e evaporadora; teste de atuação dos componentes elétricos; verificação da voltagem e amperagem; limpeza dos ventiladores; verificação da instalação elétrica das câmaras; lubrificação de partes móveis; substituição de fiação avariada ou troca de terminais oxidados; limpeza e troca de filtros; verificação da corrente de trabalho do compressor, motor e ventilador; medição de pressão de gás; execução de hidrojateamento quando as necessidades se fizerem necessárias na evaporadora e na condensadora; verificação das vedações dos painéis de fechamento e dos gabinetes; e verificação de ruídos e vibrações anormais.</p>		Serviço	12											
	<table> <tr> <td>Câmaras</td> <td>Valor</td> <td>Valor</td> </tr> <tr> <td>(Tipos):</td> <td>Unitário (R\$)</td> <td>Mensal (R\$)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	Câmaras				Valor	Valor	(Tipos):	Unitário (R\$)	Mensal (R\$)					
	Câmaras	Valor				Valor									
(Tipos):	Unitário (R\$)	Mensal (R\$)													

	Tipo 1: Câmera de refrigeração tipo Elgin modelo ECB 25 16 T. Tensão 220v trifásico, 4 HP de Potência, Gás R404a, Filtro secador modelo: FSE 084S.	3.430,00	3.430,00				
	Tipo 2: Câmera de refrigeração tipo ELGIN modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. Filtro secador modelo: FSE 164R.	3.430,00	3.430,00				
	Valor Registrado Unitário mensal		6.860,00				
2	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca de condensador ELGIN, modelo ECB 25 16 T. Tensão 220v trifásico, Gás R404a, 4 HP de Potência. (Câmara Tipo 1)	Por Câmara	3		19.600,00	58.800,00	
3	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca de condensador Tipo 2 ELGIN, modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. (Câmara Tipo 2)	Por Câmara	3		19.600,00	58.800,00	
4	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de carga de gás, R404a. (Câmara Tipo 1)	Por Câmara	10		1.176,00	11.760,00	

5	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de carga de gás, R22a. (Câmara Tipo 2)	Por Câmara	10		
6	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de filtro secador ELGIN, modelo ECB 256 16T.TENSÃO 220V TRIFÁSICO, Gás R404a 3F. (Câmara Tipo 1)	Por Câmara	10	1.323,00	13.230,00
7	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de filtro secador ELGIN, modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. (Câmara Tipo 2)	Por Câmara	10	1.421,00	
8	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de termostato.	Por Câmara	10	1.372,00	
9	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de motor de ventilador da condensadora externa ELGIN, modelo ECB 256 16T.TENSÃO 220V TRIFÁSICO, Gás R404a 3F. (Câmara Tipo 1)	Por Câmara	10	1.470,00	
10	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca de motor de ventilador da condensadora externa ELGIN, modelo SLM02500TT051A, Tensão 220V trifásico, Gás R22a, 5HP de Potência. (Câmara Tipo 2)	Por Câmara	10	1.470,00	
11	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca controlador digital modelo MT-512Ri.	Por Câmara	10	1.470,00	
12	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, com troca controlador digital modelo TC-900ri	Por Câmara	10	1.470,00	

13	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de troca do ventilador do evaporador.	Por Câmara	10	1.470,00	
14	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de t roca de micromotor do ventilador.	Por Câmara	10	1.470,00	
15	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de substituição de solenoide da linha de líquido.	Por Câmara	10	1.470,00	
16	Serviço de manutenção corretiva, sob demanda, de válvula de expansão do evaporador.	Por Câmara	10	1.470,00	
17	Demais peças, materiais, acessórios componentes. (Atenção! o item 17 não irá para lance) os licitantes deverão cadastrar o mesmo valor para este item em suas propostas e não haverá disputa.	PEÇAS	12	10.000,00	120.000,00
Valor Total da Contratação					

É este, pois, o nosso relatório. À consideração superior para ciência e adoção das medidas que entender necessárias.

Respeitosamente,

RÔMULO SANTANA DO AMARAL

Coordenador de Pesquisa de Preços

Portaria nº 2.418, de 13 de outubro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **ROMULO SANTANA DO AMARAL, Coordenador(a)**, em 05/09/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0524973** e o código CRC **C380DB18**.